

XIII Congresso Brasileiro de Sociologia  
29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE)

Grupo de Trabalho

**Violência e Sociedade: segurança, controle e castigo**

## **Contingências da violência em um território estigmatizado**

**Luiz Fábio S. Paiva**, Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestrando em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC) e do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência (COVIO/UECE).  
[luizfabiocs@yahoo.com.br](mailto:luizfabiocs@yahoo.com.br)

Fortaleza, 2007

## Resumo

Este trabalho busca compreender como a violência urbana se manifesta, através de fatos e narrativas, em um Bairro da cidade de Fortaleza classificado como “perigoso”. Assim como ocorre em outros Bairros da periferia de grandes cidades, a maior parte dos moradores do local pesquisado eram *trabalhadores de baixa renda*. Mesmo assim, prevalece no contexto da cidade de Fortaleza uma visão negativa do Bairro, reproduzida inclusive nacionalmente no Programa Central da Periferia. No meu trabalho, percebi a existência no Bom Jardim de lugares distintos, alguns classificados como calmos e outros como perigosos. Essa divisão entre lugares calmos e perigosos no interior do Bom Jardim permitiu uma ruptura com a idéia de que o Bairro representava um espaço homogêneo composto de moradores de baixa renda. No amadurecimento do trabalho encontrei e reencontrei o Bom Jardim por diversas vezes, na medida em que os esquemas de sociabilidade local não estavam tão prontos quanto eu esperava. A partir daí, minha intenção se direcionou para compreender o modo pelo qual a violência (real e imaginada) no Bom Jardim afeta seus moradores e passa a compor um elemento significativo de sistemas de diferenciação social baseados em *estigmas territoriais*.

### **Palavras chaves: violência urbana e estigma territorial**

Ao referir-me às contingências da violência, penso sobre os efeitos de uma dinâmica de coalescência de narrativas e fatos que compõem a atual representação dos fenômenos enquadrados no conceito de violência urbana e no modo como os moradores das cidades reagem ou pensam sobre ele. Na física o conceito de coalescência é utilizado para definir o fenômeno de crescimento de uma gotícula pela incorporação em sua massa de outras gotículas com as quais ela entra em contato. No plano da sociologia, pode-se compreender a formação das representações atuais da violência urbana como a junção de uma série de eventos narrados e presenciados por moradores das grandes cidades, ao mesmo tempo em que eles são bombardeados diariamente com novas informações transmitidas pelos mais diversos meios de comunicação. A violência urbana atualmente permeia o imaginário coletivo como sujeito difuso, cuja classificação aborda uma série de eventos, na maior parte deles relacionados às ocorrências de crimes violentos (Misse 2006). Ela uma nova feição vida urbana, pois o crescimento de sua percepção (real e imaginário) aos poucos transforma as relações entre pessoas, principalmente porque cada vez mais a cidade se transforma em um espaço de indivíduos segregados e amedrontados com a iminente possibilidade de “se tornar a próxima vítima”.

Diante disso, meu objetivo foi compreender, como um dos efeitos das classificações difusas da violência urbana, o processo pelo qual um bairro denominado Bom Jardim, localizado na periferia da cidade de Fortaleza-Ce, se constitui no plano da representação como um *lugar violento* e perigoso. A escolha de um bairro para realização deste estudo deveu-se ao fato do bairro ser um espaço social privilegiado de sociabilidade no meio urbano. Segundo Mayol (1996), é através dos bairros que conhecemos as cidades e através dele que os agentes sociais se reconhecem como moradores da Cidade. O bairro representa o lugar de realização da vida cotidiana e, nas grandes cidades, demarca posições sociais articuladas a categorias variadas de classificação do mundo urbano. Neste trabalho, persigo a compreensão da classificação de um Bairro da cidade de Fortaleza

caracterizado pela imagem de *lugar violento*, ou seja, um lugar onde mora o perigo e que deve ser evitado por quem não mora neste lugar.

A metodologia adotada para realização deste trabalho, decorrente de minha pesquisa de mestrado, foi caracterizada por um estudo compreensivo de narrativas da violência urbana, com enfoque principal nos depoimentos de moradores sobre ações violentas e crimes cometidos no Bairro e nas notícias sobre a mesma questão veiculadas pelos veículos de comunicação escrita (jornais), televisiva (programas de tv diversos) e virtual (internet). Como no mestrado dei continuidade ao trabalho iniciado na graduação, foram, aproximadamente, três anos de pesquisa. Para coleta dos dados foram realizadas entrevistas com moradores através de um processo de aproximação mediado por outros moradores do Bairro que atuavam em organizações não-governamentais, com foco na luta da defesa dos direitos humanos. Na medida em que conseguia estabelecer contato com outros grupos e com outros indivíduos, procurei caminhar um pouco mais à vontade no Bairro, realizando entrevistas, uma após outra, sempre com indicação de alguém que conhecia outra pessoa com outra experiência relacionada aos meus interesses. Como me deslocava para os locais a serem pesquisados no transporte público, o trajeto se tornou, também, um momento de observação e de conhecimento das pessoas e das narrativas referentes à minha pesquisa. Ademais, recorri aos jornais escritos para colher matérias sobre o Bairro e procurei acompanhar telejornais e programas policiais para ter uma idéia da imagem reproduzida por estes meios de comunicação sobre o Bom Jardim. Neste trabalho, em muitas ocasiões, contei com a sorte, pois a notícia surgia onde eu não esperava. Exemplos disso foram as matérias do programa Central da Periferia da Rede Globo de Televisão, que veiculou o depoimento de um motorista de táxi referindo-se ao Bom jardim como um lugar muito perigoso, e a do jornal *O povo* sobre *Conhecer Fortaleza*, aonde uma pessoa que nunca veio a Cidade disse que além de pontos turísticos badalados gostaria de ir ao Bom Jardim para ver se o Bairro era tão violento quanto diziam em sua Cidade. Enfim, procurei articular, numa perspectiva reflexiva, as narrativas e os saberes locais aos conhecimentos das ciências sociais, no intuito de compreender os efeitos dos processos de classificação desse espaço urbano mediados pelas expectativas relacionadas à violência e ao crime no lugar.

### **A fama de lugar violento**

Tradicionalmente, nas grandes regiões metropolitanas do Brasil, as periferias são vistas como lugares privilegiados de realização de práticas violentas, principalmente da criminalidade violenta, tanto em sua forma difusa como organizada. Importante destacar que estudos sociológicos fundamentados nas *teorias ecológicas do crime* demonstram que este fato não se baseia apenas numa crença, mas objetivamente as periferias são os lugares

onde há a maior incidência de atividades criminosas, o que não implica dizer que os pobres são mais ou menos violentos que qualquer outro grupo urbano (BEATO 2004). A situação é que, realmente, as periferias das grandes cidades tornaram-se lugares onde a segurança de seus moradores e de outras pessoas está em risco. A questão é: qual o grau desse risco? Para muitos moradores da cidade de Fortaleza o risco é incontestável, ou seja, andar na periferia é sinônimo de ser, pelo menos, assaltado. Muitas pessoas, após conhecerem meu trabalho, perguntaram-me quantas vezes já fui assaltado no Bom Jardim durante a realização do mesmo. Em seis meses que visitei uma das áreas consideradas das mais perigosas do Bairro, nunca fui assaltado. Porém, as outras cinco *pessoas de fora* que conheci e com quem visitava a localidade, todas elas já haviam passado por pelo menos uma experiência de assalto nessa área.

A questão ainda se torna mais complicada porque, na periferia, se está diante de uma série de acontecimentos violentos narrados exaustivamente por seus moradores. No Bom Jardim, todos os moradores com os quais conversei narraram-me algum acontecimento envolvendo violência e/ou crime. Mesmo quando as pessoas não são vítimas de violência e/ou crime, elas conhecem ou ouviram falar de alguém que já passou por algum tipo de experiência relacionada aos fenômenos referidos. Então, será que está correta a constatação do lugar como perigoso e violento?

Há vários modos de se abordar a questão proposta. Primeiramente, em relação aos dados oficiais da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança do estado do Ceará, nos anos de 2005 e 2006, o Bom Jardim esteve entre os cinco Bairros mais violentos da Cidade de Fortaleza. A metodologia de composição do *ranking* dos Bairros mais violentos da Cidade consiste no levantamento dos Registros de Ocorrências, o que sabemos ser bastante ineficiente devido a maior parte dos crimes de roubo, por exemplo, não serem registrados pelas vítimas, seja porque ela não acredita na recuperação do objeto roubado, pelo próprio objeto ser proveniente de um roubo, por medo de represálias ou outro motivo. Sendo assim, seria possível imaginar que o Bairro poderia ser ainda mais perigoso do que presumem as estatísticas oficiais?

É importante destacar que para muitos moradores do Bom Jardim o lugar, realmente, é muito violento.

*Rapaz aqui é crime acontecendo toda hora. Você não tem paz não, colocou o pé na rua aqui meio dia você é assaltado. Toda semana morre alguém! De repente você escuta: "rapaz fulaninho ali passaram fogo, meteram a faca..." A moda agora é tocar fogo nas casa né. Então a gente vive aqui o terror. Aqui é muito, mas muito perigoso mesmo (comerciante da Comunidade do Santo Amaro).*

Essa foi uma das falas emblemáticas sobre a situação da violência no Bom Jardim, mas não representa nenhuma unanimidade sobre a questão. De fato, ela revela uma

representação presente na mente da população local e que mobiliza sentimentos em torno de uma configuração da qual a experiência de crimes e de ações violentas fazem parte. Mesmo pessoas com as quais conversei e que, no primeiro momento, pareciam negar a classificação de *lugar violento*, reconhecem a existência de um quadro de acontecimentos no Bairro que colaboram com a formação dessa noção sobre o lugar. Estaria então resolvida a questão? O Bom Jardim é mesmo um *lugar violento e perigoso*?

Há ainda algumas variantes deste problema a serem exploradas. Uma delas refere-se ao trabalho da imprensa local na produção e reprodução das classificações pertinentes ao Bom Jardim. Segundo uma liderança comunitária, *aqui no nosso Bairro a gente tem muitos problemas, mas o maior problema é que só mostram do Bom Jardim a parte ruim, os crimes, as mortes, só falam dos assaltos, ninguém mostra nada de bom do Bom Jardim*. A moradora me falou que essa representação de que o Bom Jardim é muito perigoso deve-se, principalmente, a ampla visibilidade dada aos crimes no Bairro em programas televisivos.

Atualmente, na TV aberta, em Fortaleza-CE, existem quatro programas especializados unicamente em narrar acontecimentos policiais. São eles: Barra Pesada, Cidade 190, Rota 22 e Comando 22. Sabe-se que estes programas têm repercussão significativa na cidade de Fortaleza, inclusive, promovendo a ascensão de seus apresentadores a cargos nos poderes legislativos. Não tenho como afirmar sobre a proporção do quanto estes programas afetam a população na formação de uma imagem negativa sobre o Bom Jardim, seria necessário uma pesquisa somente para isso. Não obstante, compreendendo, como Rondelli (2000), que a mídia funciona como amplificador da experiência do crime e da violência, estendendo a percepção dos acontecimentos além das fronteiras locais. Assim, sem dúvida, estes programas têm um papel relevante na produção de uma imagem negativa sobre o Bairro. Todavia as notícias de crime e violência veiculadas por esses programas já são esperadas pelos seus telespectadores, enquanto que em outros programas e noticiários, não especializados em notícias sobre os assuntos policiais, os fatos aparecem sem a participação direta do telespectador, surpreendido, muitas vezes, pelas matérias vinculando o Bairro ao crime ou a violência.

Um dos fatos mais significativos na reprodução midiática do Bom Jardim como um *lugar violento e perigoso* ocorreu no dia 18 de outubro de 2006, no programa Centra da Periferia da Rede Globo de Televisão, apresentado por Regina Casé. No deslocamento da apresentadora até o Bom Jardim, o motorista do carro que a transportava, morador de Fortaleza-CE, após duas horas de percurso sem conseguir chegar ao Bom Jardim, justificou a demora porque *no Bom Jardim só anda quem mora no Bairro, gente de fora não anda não porque é um lugar muito perigoso*. Intrigada, Casé perguntou ao motorista, *mas se eu fosse moradora de Fortaleza e chegasse pra o senhor e dissesse que eu queria ir lá no Bom*

*Jardim, o que o senhor dizia pra mim. E ele respondeu categórico, você tá doida! Aquilo ali é um lugar muito perigoso.*

Outro exemplo da reprodução da imagem negativa do Bairro foi veiculado pelo Jornal *O povo*<sup>1</sup>. Numa matéria com pessoas do interior do Estado do Ceará que nunca conheceram a Capital, um dos entrevistados comentou que ao chegar em Fortaleza ele gostaria de conhecer três lugares:

*A praia de Iracema [cartão postal de Fortaleza], o Castelão (estádio) e o Bom Jardim (bairro). São os três lugares que vou em primeiro lugar quando for pela primeira vez em Fortaleza. Por que o Bom Jardim? Porque a gente vê na televisão que é um bairro com alto índice de criminalidade e eu queria comprovar se é verdade. Aqui (em Juazeiro do Norte), a gente costuma brincar com os amigos teimosos dizendo que vai mandar ele pro Bom Jardim (O povo 14/04/2007).*

Nos dois casos apresentados, cabe-se perguntar até que ponto as matérias veiculadas em programas televisivos e jornais colaboram na formação de uma opinião pública sobre o Bairro, tornando a representação de *lugar violento e perigoso*, mesmo quando não fundamentada (nos dois casos nenhum dos indivíduos conhecia o Bom Jardim), uma verdade substancialista sobre o lugar. Ao mesmo tempo, é importante refletir que as próprias matérias são motivadas por uma representação que extrapola seu próprio objetivo, pois, no caso do Programa Central da Periferia, a apresentadora iria ao Bom Jardim apresentar uma menina, integrante de um programa social que ensina a arte da dança contemporânea a crianças das camadas populares, quando foi surpreendida pela declaração do morador que a dirigia até o Bairro. Assim, não se pode esquecer que a cobertura jornalística, também, é uma construção social que, segundo Misse, não apenas descreve o que chama de violência, como também participa da sua construção, sendo um dos atores dos dramas sociais mobilizados por esse tema (MISSE 2006a). Mas quais as conseqüências disso, na construção da imagem do lugar?

Os discursos apresentados são assertivas generalizadoras sobre as expectativas e percepções de outros sobre o lugar. As narrativas apresentadas não são irreais e possivelmente elas têm fundamentação mais ampla do que o registro singular do Bom Jardim. As pesquisas sociais têm demonstrado que as áreas mais pobres dos grandes centros urbanos são, naturalmente, vistas como os lugares mais perigosos das cidades. Estudos realizados em outras grandes cidades do Brasil revelam que as periferias têm sido *locus* privilegiados de ações que envolvem o uso da violência como forma de coerção dos moradores locais (no caso do tráfico de drogas, por exemplo) ou como forma de resolução de conflitos pessoais (ADORNO 2002). É importante destacar que, no contexto das grandes cidades brasileiras, algumas periferias se tornaram símbolos da violência existente em

---

<sup>1</sup> Um dos de maior circulação no Estado do Ceará.

determinada cidade. Um exemplo disso é a Cidade de Deus no Rio de Janeiro, onde a antropóloga Alba Zaluar (2000) realizou, em 1985, um estudo que possibilitou enxergar o Bairro de uma forma diferente do que era normalmente vinculado na imprensa local. Zaluar demonstrou que a Cidade de Deus não era apenas o local da ação das quadrilhas que marcaram sua história, do bandido Zé Galinha, do tráfico de drogas e armas, mas também e, principalmente, lugar dos *trabalhadores pobres* que mesmo com a guerra das quadrilhas viviam suas vidas de modo distinto dos *bandidos*. Não obstante, é recorrente nas grandes cidades a produção e reprodução do registro indelével da periferia como *lugar perigoso* e *violento*, cuja consequência é a formação de um estigma fundamentado na percepção dos moradores das cidades em relação aos territórios perigosos.

### **Produção e reprodução de estigmas territoriais**

*Estigmas territoriais* têm se apresentado como uma característica, aparentemente, bastante comum as grandes cidades ocidentais, com variadas nuances, conforme demonstrado por Wacquant (2005). Em linhas gerais, o *estigma territorial* funciona como um signo que demarca modos preestabelecidos de distinção sócio-espacial dos moradores urbanos. Segundo Wacquant, a realidade e a força dos *estigmas territoriais* não podem ser subestimadas, pois manifestam inúmeros efeitos negativos nas comunidades estigmatizadas:

*Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o dismantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignorados pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias socióforas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva (WACQUANT, 2005: 33).*

Um pouco das três características observadas por Wacquant podem ser observadas no Bom Jardim. Em relação à primeira delas — que trata do peso dos sentimentos de indignidade pessoal e a consequente interferência nas relações interpessoais — tem-se o seguinte: não raramente, os moradores expressam algumas das dificuldades de “se morar num lugar como esse...” *Morar Bom Jardim, às vezes é motivo de vergonha pessoal, porque as pessoas pensam logo que você é algum marginal, e não te dão chance de provar o contrário* (jovem morador, 19 anos, falando a respeito da dificuldade de se conseguir trabalho). Para muitos moradores a imagem do lugar como violento e

perigosos afeta suas vidas negativamente de modo indubitável, principalmente em relação às oportunidades de emprego. Alguns moradores utilizam a estratégia de negar que moram no Bom Jardim em entrevistas de emprego, pois eles acreditam que suas chances de conseguir a vaga diminuem significativamente com o fato de o entrevistador saber que residem no Bairro.

Em muitos casos, a internalização dos sentimentos de indignidade pessoal tende a forçar o indivíduo a buscar a sua saída em detrimento do grupo, na medida em que ele compreende que o único modo de recuperar sua dignidade é saindo do local onde vive já que, mesmo com melhorias na qualidade de vida do Bairro, o estigma permanece presente de modo indelével. Segundo Bourdieu, o bairro estigmatizado *degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua excomunhão* (BOURDIEU 2003: 166). Destarte, a própria representação negativa do lugar colabora na formação de representações negativas entre os moradores que partilham da mesma situação de estigmatização.

O segundo aspecto relevante da propagação dos *estigmas territoriais* diz respeito à degradação do espaço urbano que passa a ser evitado pelas *pessoas de fora*. Segundo depoimentos de jovens universitários, moradores do Bom Jardim, devido à *fama do lugar*, muitas vezes, eles deixam de sair à noite porque não encontram meios de retornar para casa. Os esquemas de sociabilidades passam a acontecer mediante um conjunto de possibilidades mediadas pelo estigma que, como demonstrou Wacquant (2005), afeta diretamente as oportunidades dos moradores no contexto da cidade, restando ao morador poucas alternativas diante de algo consumado. Observei que os moradores do Bom Jardim acabam sofrendo com a impossibilidade de acesso a serviços de saúde e educação, prestados pelas instituições públicas da cidade de Fortaleza, devido a negação de certos profissionais em trabalhar no Bairro.

Em relação ao terceiro ponto do *estigma territorial*, que, segundo Wacquant, origina distanciamentos e processos de diferenciação social nos locais estigmatizados, produzindo a produção de medos que minam a possibilidade de construção de ações coletivas, percebi, apesar dos fortes discursos de integração e solidariedade existente no imaginário coletivo do Bom Jardim, a existência de uma clara demarcação de fronteiras sustentada pela idéia de grupos de moradores distintos quanto ao seu local de moradia. Este processo tem afetado significativamente as interlocuções entre os moradores que dispõem de melhores condições financeiras e aqueles classificados como os mais pobres do Bairro. Principalmente, porque isto tem, aos poucos, reorganizado as percepções sobre o próprio Bom Jardim, diminuindo as intersecções entre os moradores de localidades fisicamente muito próximas. “Aqui não é perigoso”, “ali é perigoso”, “eu posso andar por aqui”, “eu não

posso andar naquela rua”, “se eu vou para aquele lugar eu tenho que ir por um caminho mais longo para não passar por ali”, são expressões registradas por mim em diversas entrevistas. Penso que elas demarcam fronteiras entre os locais acessíveis e os não acessíveis a determinadas pessoas, moradoras do mesmo Bairro.

Embora narrativas provenientes do senso comum refiram-se a periferia como uma espécie de todo homogêneo, pelo que observei no Bom Jardim, os bairros periféricos, diante da complexidade de sua dinâmica interna, não podem ser pensados como unidades territoriais, mas sim como territórios multifacetados, com múltiplas tonalidades de cores, cuja identidade territorial dos moradores se constrói baseada nas especificidades das suas localidades de moradia, distintas no interior do bairro, inclusive com nomes próprios. No Bom Jardim existem três grandes comunidades (Parque São Vicente, Parque Santo Amaro e Parque Santa Cecília) com as quais os moradores de reconhecem, inclusive, as atribuindo o status de *seu bairro*, embora nenhuma delas seja reconhecida oficialmente como tal. Cada uma dessas três comunidades possui o *seu lugar perigoso*. Às vezes é uma localidade, uma favela, uma rua ou um terreno. Destarte, percebi que as fronteiras físicas não são capazes de promover uma unidade sem o respaldo de uma representação coletiva consistente que, em muitos casos, não ultrapassa a dimensionalidade da rua ou, nos casos mais particulares, do endereço de moradia.

A forma de nomeação dos lugares envolve um *jogo de poder* em que os agentes envolvidos empregam seu capital cultural em torno de suas representações do lugar e de suas fronteiras. No caso analisado, a nomeação dos lugares é permeada por perspectivas mobilizadas pela criminalidade e violência existentes no Bairro. O lugar mais ou menos perigoso é definido pelas possibilidades de acesso e/ou convivência segura com os moradores que dele fazem parte. Sem essa segurança, os lugares classificados como perigosos são, também, espaços segregados nos quais vive a população com menos poder de influenciar nos modos de representação geral baseado no *estigma territorial*.

Pesquisadores observam que os pobres urbanos dispõem de acessos restritos ao consumo de bens simbólicos e materiais no interior dos centros urbanos organizados, socialmente, em torno das possibilidades econômicas e culturais dos agentes na luta por espaços na hierarquia social da Cidade (CALDEIRA 2003). Isto repercute, dentre outras coisas, na construção do capital de influência em torno das lutas por classificação dos espaços da Cidade. Conforme Bourdieu, *a reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural* (BOURDIEU 2003: 166). Bourdieu explica que este fenômeno produz o efeito de se *puxar para baixo* aquelas pessoas que fazem parte de um grupo caracterizado por representações que fogem dos padrões considerados socialmente “normais” pela leitura substancialistas das classes

privilegiadas. Deste modo, todos os moradores das localidades classificadas como perigosas são correspondentemente vistos como sujeitos potencialmente perigosos. Esta sujeição se generaliza sob os moradores do Bom Jardim, enquanto que, no Bom Jardim, se generaliza à sujeição dos moradores das áreas classificadas como as *realmente perigosas*.

O medo em torno desses lugares promove a formação das representações referentes à imagem de que “lá nessas localidades só existem marginais”. A maioria da população das áreas estigmatizadas internamente é de trabalhadores de baixa renda (pedreiros, lavadeiras, domésticas, metalúrgicos, recicladores, dentre outros) que, possivelmente, não possui relação nenhuma com a criminalidade (GPDU/UECE 2003). Não obstante, é importante destacar que os próprios moradores, com os quais tive a oportunidade de conversar, confirmam a imagem das localidades estigmatizadas como lugares degradados e com freqüente ação de *bandidos*, embora, muitos deles, atribuam isso ao descaso do poder público e das lideranças do Bom Jardim.

Ao morar num lugar desprivilegiado o morador está submetido a um processo de *sujeição criminal* (MISSE 2006b), no qual determinados grupos sociais são apresentados e reconhecidos preventivamente como supostos sujeitos do crime. Ou seja, os grupos classificados pela *sujeição criminal* são vistos como potencialmente dotados de uma disposição para o cometimento de ações criminosas. Este processo corresponde ao que Pedrazzini (2006) observou nas grandes metrópoles urbanas em relação aos *jovens pobres*, normalmente apontados como responsáveis pelas explosões da delinqüência urbana, sendo este segmento da população o *bode expiatório global* dos processos de sujeição criminal. Em São Paulo, Caldeira (2003) demonstrou que os nordestinos se tornaram os “criminosos por excelência” em bairros urbanos como a Moóca. Uma das conseqüências deste processo é a manutenção das posições sociais, cujo efeito produz a imobilidade das classes desprivilegiadas no contexto das lutas por posições no espaço social.

Os processos de *sujeição criminal* tendem a formação de tipos sociais fundamentados na incriminação de determinados grupos, potencialmente perigosos, segundo a percepção social. A principal conseqüência desse processo de sujeição, motivado pela reprodução dos *estigmas territoriais*, é a formação de um quadro amplo de *sujeição criminal* dos mais pobres, moradores, na maioria dos casos, das áreas mais pobres economicamente das cidades. Para Misse (2003), o processo de *sujeição criminal* dos mais pobres se caracteriza pela formação de tipos sociais compostos por estereótipos e generalizações superficiais, embora sejam providos de muitas outras coisas e possuam alguma fundamentação empírica. Esse processo, nos territórios estigmatizados como perigosos e violentos, tem como uma das suas principais conseqüências a criação de uma sujeição generalizada, onde ninguém pode ser inocente até que o *outro* (agente da sujeição) tenha plena certeza disso. Assim, mulheres do Bom Jardim que vão trabalhar como diaristas

em residências localizadas em outros Bairros de Fortaleza são vistas, a princípio, com desconfiança por seus empregadores, pois, segundo as moradoras do Bom Jardim, *o pessoal tem logo medo, ai ficam de olho até vê que você é uma pessoa de bem, que não tem nada com esse negócio de roubo* (diarista que trabalha num Bairro nobre da Cidade).

Como é possível observar, a sujeição contra o Bairro se transforma em sujeição contra as pessoas moradoras do Bairro, tipificadas como *elementos perigosos*. Internamente, os moradores dão novas tonalidades à cor do estigma que recai sobre eles. Assim, existem no Bom Jardim pelo menos dois tipos sociais bastante disseminados no imaginário local, o *cidadão*, homem e mulher de bem, trabalhadores que, mesmo com muito sacrifício, nunca se deixaram levar pelas facilidades do dinheiro fácil, ganho de modo desonesto. A honestidade é uma característica fundamental do *cidadão*. Em contrapartida a este tipo existe o *bandido*, sujeito desonesto que não quer trabalhar, por isso investe sua energia em roubos, furtos, tráfico de drogas e armas e causa o terror na *comunidade*. Os *bandidos* no Bom Jardim não respeitam ninguém<sup>2</sup>.

O problema fundamental dessas tipificações deve-se ao fato delas propagarem uma sujeição intersubjetiva pautada nos referenciais provenientes do *estigma territorial*, não havendo a possibilidade objetiva, racional, de classificar quem é o *cidadão* ou quem é o *bandido*, porque todos os moradores são suspeitos. *Aqui a gente tem que desconfiar de todo mundo, porque ninguém sabe quem é de bem e quem é de mal* (moradora do Bom Jardim). Nesta configuração de desconfiança generalizada, o *bandido* pode ser qualquer um com disposição de *se dar bem à custa dos outros*. Neste sentido, os laços sociais e a produção de ações coletivas ficam comprometidos devido às tensões provenientes de uma sensação permanente de perigo. Mesmo os acontecimentos violentos cometidos fora das áreas estigmatizadas aparecem com sendo efeitos da sua existência naquele meio social. Em 2004, quando realizava minha pesquisa de conclusão do curso de Ciências Sociais, ocorreu uma série de “arrastões” na região do Grande Bom Jardim. Mesmo sem provas objetivas, os moradores do Bom Jardim, assim como dos bairros arredores, afirmavam que *isso era coisa daquele pessoal lá da favela tal, ali só tem o que não presta*. Tais atribuições passam a existir sem a prova dos fatos, por um processo de *autonomia da representação*, que passa a funcionar como uma forma de classificação em uma dinâmica de *diabolização do outro* (Wieviorka, 1997).

Este processo colabora na formação de fronteiras sociais entre os moradores de áreas residenciais classificadas como decentes e áreas classificadas de degradadas e consideradas focos de delinqüência. Isto remete aos conceitos de estabelecidos e outsider's, que se tornaram clássicos na obra homônima de Elias e Scotson (2000). Ao

---

<sup>2</sup> A idéia dos tipos sociais próprios da periferia foi desenvolvida por Zaluar (2000) e Misse (1999) em suas respectivas pesquisas de doutorado realizadas na periferia da Cidade do Rio de Janeiro.

estudar uma região denominada por ele de Winston Parva, o autor percebeu que a estigmatização de um determinado grupo de pessoas que compunham a região estava pautada menos nos fatos relacionados à violência e delinquência do que nas disputas de poderes fundamentados no tempo de moradia (moradores antigos, estabelecidos, versus moradores novos, *outsider's*). Elias percebeu que, mesmo quando os índices de delinquência entre os três bairros estavam relativamente equiparados, o preconceito contra os moradores mais recentes persistiu. Daí, ele revela aspectos importantes sobre os processos de estigmatização social.

*A estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ele reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão — o preconceito — que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider. (ELIAS & SCOTSON 2000: 36).*

Conforme demonstra o autor, os processos de estigmatização estão relacionados, em muitos casos, as fantasias coletivas que denotam em si a aversão contra o grupo estigmatizado, além de servirem como justificção do estigma. Os signos desse preconceito, no caso do Bom Jardim, são condições demarcadas pela situação de moradia das pessoas. Esta mesma condição traduz as condições socioeconômicas dos moradores e as desigualdades internas quanto as possibilidade de acesso material e simbólico a bens e serviços. O lugar ocupado pelo morador no território é a *cor* do estigma local<sup>3</sup>. O estigma torna tudo *muito claro* e justifica o risco calculado e a aversão aos territórios estigmatizados. A exacerbação desse fenômeno pode ser observada nas generalizações que apagam as diferenças entre os moradores do território classificado como violento e perigoso.

Não obstante, o *estigma territorial*, construtor de inúmeras fantasias coletivas que alimentam uma série de pensamentos substancialistas sobre o mundo social, não é capaz de oferecer todas as explicações para a desestruturação dos sistemas de confianças coletivas existentes no Bom Jardim. Nos últimos anos, a criminalidade no Bairro, assim como em outras áreas da periferia de grandes cidades brasileiras, tem produzido acontecimentos marcantes na vida dos moradores que se sentem coagidos mediante a ação dos *bandidos*. Isso tem um efeito prático na vida das pessoas vítimas das violações praticadas por *bandidos* e, também, daquelas que acompanham de perto esses acontecimentos. Essas situações vão além da estigmatização e afetam os laços de confiança existentes na estruturação dos espaços urbanos.

### **Confiança e risco no Bom Jardim**

Uma das questões fundamentais na formação dos agrupamentos sociais é a relação de confiança constituinte de um laço social capaz de congregar sujeitos em torno de

---

<sup>3</sup> Elias (1997) explica que o estigma é como uma espécie de cor que marca a pele das pessoas pertencentes aos grupos discriminados.

um modo de sociabilidade ético e solidário. Giddens (1991) observa que a confiança é distinta da crença porque pressupõe consciência das circunstâncias de risco, embora, ambos os conceitos, segundo Giddens *se referem a expectativas que podem ser frustradas ou desencorajadas* (GIDDENS, 1991: 38). Em contrapartida a confiança existe uma perspectiva de risco sempre mais ou menos previsível, de acordo com o modo de estruturação das relações existentes num certo espaço social. A confiança, porém, na vida cotidiana expressa uma familiaridade que não perde a dimensão das possibilidades dos acontecimentos, pois se presume que certos acontecimentos possam ou não ocorrer no decorrer de um dia. Ademais, as relações de confiança em um espaço social existente, como um bairro urbano, formam um sistema simbólico de relações de trocas e de posições que, no caso do Bom Jardim, parecem variar de acordo com o local de moradia. Sendo assim, percebi que as relações sociais existentes no Bairro passam a ser mediadas por um sistema de confiança que pressupõe um grau menos ou mais elevado do risco de acordo com o local de moradia. Por isso certas localidades são vistas como locais perigosos, onde o risco de algo ruim acontecer é relativamente alto em relação a outros espaços.

Pode-se dizer que o bairro é um espaço conhecido e reconhecido pelo conjunto de agentes que o compõem, constituindo um lugar de certezas e conveniências, onde as relações de confiança adquirem um papel significativo na ordenação da vida cotidiana dos moradores da cidade. Todos sabem, mais ou menos, como se comportar no ambiente em que moram e do qual compartilham com outras pessoas, quer gostem disso ou não. Assim, pode-se dizer que o espaço do bairro é um espaço de práticas sociais codificadas em meio a uma linguagem particular de códigos socialmente partilhados e de acordos tácitos que fazem parte de uma rotina de comportamentos adquiridos pela experiência. Existe um sistema de disposições fundamentados na experiência social dos moradores de um bairro que, contudo, não está em desacordo com a influência dos processos de estigmatização, pois observei que esses processos fornecem um modo de ver, formam a opinião sobre o lugar e estabelecem fronteiras entres os moradores que partilham do mesmo.

Em relação aos códigos mediados pela representação da violência urbana, é importante observar que, como verifiquei no Bom Jardim, a participação dos moradores do Bairro em ações relacionadas à criminalidade violenta está, na própria percepção local, restrita, na maioria dos casos, a um número relativamente pequeno de pessoas. Estas são sujeitos identificáveis, com envolvimento comprovado por inquéritos policiais no desenvolvimento e execução de ações criminosas no lugar ou em outros locais da Cidade. Mesmo assim, o peso da estigmatização recai sobre todos os moradores dos territórios representados como violentos e perigosos, solapando as relações de confiança em detrimento das sensações de risco, ampliadas pelas narrativas da sujeição criminal. Conforme depoimentos dos moradores do Bom Jardim, *em épocas de muito assalto no*

*Bairro, você pensa que são várias pessoas envolvidas, mas quando você vai ver é sempre o mesmo grupinho, mas mesmos assim todo mundo é suspeito* (moradora há 18 do Bom Jardim).

De acordo com depoimentos dos moradores, observa-se um processo de reificação das ações cometidas por grupos e sujeitos específicos, transformando ações cometidas por certos moradores contra outros numa característica inerente ao Bairro e, mais precisamente, aos territórios compreendidos internamente como violentos e perigosos. O efeito disso é a produção de um sistema de relações fortemente demarcado pela perspectiva de risco projetado sobre a ação das pessoas, moradores dos locais classificados como perigosos. O grau do distanciamento provocado por este fenômeno é difícil de precisar.

O crescimento da criminalidade é um fato histórico na cidade de Fortaleza e em inúmeras outras cidades do Brasil e do mundo. Com a difusão do crime nas cidades, a incapacidade do Estado em promover e garantir a segurança pública e o aumento da perspectiva de ser vítima de crimes violentos, os moradores urbanos têm criado estratégias e táticas para se *antecipar ao risco* (PERALVA, 2000). No Bom Jardim, os moradores buscam diminuir o risco estando mais atentos à rua e aos seus percursos no Bairro, evitando certos lugares e certos sujeitos, não estando na rua após determinada hora, levantando muros e grades, além de outras práticas comuns as cidades contemporâneas. Como ressalta Chesnais (1999), nas sociedades urbanas a exigência por segurança é cada vez mais acentuada. No Bom Jardim, não é diferente. Os moradores destacaram nas entrevistas a questão da segurança como uma das principais reivindicações pertinentes às lutas por melhores condições de vida no Bairro (GPDU/UECE 2003). Deste modo, há nos dias atuais uma profusão de esquemas de segurança privada fundamentados no risco pertinente a ter moradia numa área classificada como perigosa e violenta. Sobre os sentimentos de risco Peralva acrescenta,

*Embora o sentimento de risco seja inerente à condição humana, os sociólogos acreditam que a vivência do risco muda de natureza com a modernidade, porque esta se acompanha de um crescimento da parcela de auto-realização que define a experiência individual, enquanto a parte do que herdamos, do que nos é legado pela coletividade, diminui proporcionalmente. Risco e auto-realização individual tornam-se de algum modo sinônimos, a partir do momento em que a auto-realização pressupõe que o indivíduo se projete no futuro, sem que os resultados dessa projeção jamais sejam totalmente conhecidos* (PERALVA 2000: 121).

Este pensamento sociológico reforça a idéia de que os sentimentos de risco colocam em jogo formas individualizadas de se lidar com problemas relacionados ao mundo social, como, por exemplo, a segurança. Destarte, são medidas de auto-realização individual que são tomadas pelos agentes sociais em detrimento de ações coletivas. O próprio sentimento de risco prejudica a formação de uma ação coletiva eficiente, colaborando para as estratégias pontuais e singulares de proteção social. No Bom Jardim, observei que os

moradores com melhores condições financeiras encontram modos privados de proteção caracterizados, principalmente, por fortificações realizadas na estrutura das casas e comércios existentes no Bairro e pela adoção de equipamentos e serviços de segurança privada como, por exemplo, sistemas de alarmes e câmeras e serviços de vigilância da rua.

Não obstante, essas fortificações no aparato de segurança das residências e comércios são privilégios dos moradores com melhores condições de renda e têm produzido um redesenho no espaço urbano do Bairro e uma mudança qualitativa nas formas de sociabilidade interna. O aumento da perspectiva de risco provoca, cada vez mais, o enclausuramento dos moradores em suas próprias residências. Amigos, mesmo morando próximos, em muitas oportunidades deixam de se ver porque não é seguro andar de um lugar para o outro em determinada hora. Assim, *eu prefiro ficar em casa, chego do trabalho e fico em casa, porque a rua tá um perigo* (auxiliar de gerencia, 26 anos, moradora do Bom Jardim). Essa mesma moradora me informou que investiu todo o dinheiro do décimo terceiro de 2005 na compra de material de construção para aumentar o muro e trocar grades já existentes na casa por modelos mais seguros.

Ao mesmo tempo em que se fortificam certas residências, outras permanecem com deficiências estruturais, com portas e janelas debilitadas, telhados sem forro e falta de muros. Não é difícil prever que essa distinção residencial produz efeito na economia dos crimes de arrombamento ocorridos na madrugada. Conforme sargento da PM, morador do Bom Jardim, *aqui tem muito crime de arrombamento a residência e, por incrível que pareça, são as residência mais pobres, com esses telhados sem forro e que facilita a vida do cara na hora de entrar na casa*. Foram nas áreas mais pobres do Bairro que, nas conversas com moradores, mais apareceram narrativas de furtos e roubos cometidos contra residências durante a madrugada.

Vale ressaltar que a perda da confiança e o aumento das perspectivas de risco são fenômenos relacionados não apenas as ocorrências de crimes, mas, principalmente, na percepção dos moradores, a incapacidade do Estado prevenir ou, pelo menos, reagir aos acontecimentos relacionados à violência urbana. A representação pertinente à falta de um sistema de proteção eficiente no Bairro é bastante disseminada nas narrativas dos moradores. Tal fato não se trata de uma exclusividade do Bom Jardim. O Estado brasileiro, egresso do regime militar, não conseguiu produzir um sistema de segurança pública capaz de lidar com as novas configurações da violência urbana, principalmente nas áreas periféricas das grandes cidades que, diante de um leque de oportunidades vislumbradas por certos grupos, tornaram-se redutos privilegiados de atividades criminosas (ADORNO 2002). Ao refletir sobre a violência no Brasil, Chesnais (1999) destaca a existência de uma crise na capacidade do Estado democrático brasileiro em sua tarefa de ser representante do bem comum e repositório legítimo do direito e da força em nome do respeito. Destarte, as

conseqüências dos processos de expansão da violência urbana, sentidos pelos moradores das periferias, inscrevessem no rol das debilitações pertinentes a formação de um Estado poderoso economicamente, mas que, mesmo com a sua democratização política, não conseguiu superar as fortes desigualdades econômicas e simbólicas existentes em seu interior. Ademais, é importante destacar que, segundo Silva (1999), a crise político institucional é apenas uma variável do problema, o *centro nevrálgico* dele, ficando a cargo das pesquisas sociais a descoberta de novas variáveis possíveis de diálogo sobre o mesmo.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, S. jul/dez 2002. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: *Sociologias*. Ano 4 Nº 8. Porto Alegre.
- BOURDIEU, P. (coord). 2003. *A miséria do mundo*. 5ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CALDEIRA, T. 2003. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- CHESNAIS, J. C. 1999. A violência no Brasil. Causas e recomendações políticas para sua prevenção. In: *Ciências & Saúde Coletiva*. 4 (1).
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GIDDENS, A. 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- GPDU/UECE, CDVHS. 2003. *Diagnóstico Sócio Participativo do Grande Bom Jardim*. Fortaleza.
- MAYOL, P. DE CERTEAU, M. GIARD, L. 1996. *A invenção do cotidiano: 2. morar e cozinhar*. 5ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MISSE, M. 2006a. A violência como sujeito difuso. In: *Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças*. Org: Jandira Feghali [et. al.]. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 2006b. *Crimes e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- \_\_\_\_\_. 2003. Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação. Disponível no site [http://www.segurancacidade.org.br/biblioteca/texto/k6\\_cscime.pdf](http://www.segurancacidade.org.br/biblioteca/texto/k6_cscime.pdf).
- PERALVA, A. 2000. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.
- PEDRAZZINI, Y. 2006. *A violência das cidades*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- RONDELLI, E. 2000. Imagens da Violência e Práticas Discursivas. In: *Linguagens da violência*. Org: Carlos Alberto Messeder Pereira... [et al.] Rio de Janeiro.
- SILVA, L. A. M. 1999. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. In: *Revista de sociologia e política*. Nº. 13. Curitiba.
- WACQUANT, L. 2005. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan.
- WIEWIORCA, M. maio de 1997. O Novo Paradigma da Violência. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo.
- ZALUAR, A. 2000. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

## Jornal (edição)

O povo, 14 de abril de 2007.